

# O que dizem os empresários

A eliminação das faixas salariais beneficia a classe média, mantém a hierarquia salarial, e agrada a Confederação Nacional do Comércio, que sempre combateu a política salarial implantada em 79, afirmou ontem o presidente da entidade, Antonio de Oliveira Santos, que também faz parte do Conselho Monetário Nacional.

Mas até ele achou excessivo o redutor de 20%, aplicado sobre o INPC; achava que bastaria um redutor de 5% a 10%. "É uma medida de choque" disse, acrescentando no entanto que pode haver alterações no redutor, antes dos dois anos de prazo previstos no decreto.

O superintendente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes "numa primeira reflexão" se mostrou preocupado com o aperto salarial que virá especialmente para a faixa de um a três mínimos. Ele acredita que deveria haver, para esses trabalhadores, alguma compensação como tarifas de energia elétrica e taxas de água mais baratas, ou outras medidas compensatórias.

No entanto, adiantou que "não tem dúvida que as medidas são antiinflacionárias". Mas lembra que os "sofrimentos têm de ser iguais para todos", referindo-se aos empresários industriais e trabalhadores. "Evidentemente — concluiu Ermírio de Moraes — para desinflacionar tem de haver sofrimento de todo mundo; infelizmente nesta altura, quem pode menos sofre mais".

Na opinião do presidente do Sindicato das Indústrias de Condutores Elétricos de São Paulo, Sérgio Ugolini, o novo conjunto de medidas é bom, mas incompleto:

— As medidas são razoáveis, oportunas, mas tímidas num aspecto: ainda mantêm a correção monetária plena e juros positivos para

quem aplica capital sem risco. Entendo que, se se deve aplicar um fator de redução às diversas modalidades de rendimentos, seria mais do que necessário e justo que quem aplicasse seu capital sem risco, em títulos de renda fixa ou qualquer outro tipo de título, não recebesse mais do que 80% da correção monetária.

O presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, afirmou que as medidas aprovadas ontem pelo governo "devem ser seguidas de outras, de natureza política, para distribuir os sacrifícios pela sociedade com mais equanimidade, e criar um elo de solidariedade entre todas as classes".

A principal vantagem para os empresários, segundo ele, é que as empresas com dificuldades financeiras poderão agora renegociar livremente os contratos de trabalho com seus empregados. Essa alternativa, segundo Donato, permitirá que as empresas recorram à dispensa de empregados, ao atravessarem fases financeiras difíceis.

Também no Rio, o presidente da Confederação das Associações Comerciais, Ruy Barreto, acredita que a redução do INPC para reajustes salariais, e o tabelamento da taxa de juros provocarão a queda da inflação, mas ocorrerão distorções quanto à fixação de taxas máximas nas operações de desconto de duplicatas pelos bancos.

Para o líder empresarial, é fundamental que o tabelamento das taxas de juros — medida combatida pelas entidades do setor empresarial e até pelo governo — seja mantido em caráter provisório, e que o governo estabeleça sem demora medidas para que as taxas de juros baixem mais, sem as distorções que o tabelamento provocará, sobretudo a exigência de saldo médio.